

# CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS: A VARIANTE RETROFLEXA NA VARIEDADE RIO-PRETENSE

Aline VASSOLER<sup>1</sup>

Roberto Gomes CAMACHO<sup>2</sup>

**Resumo:** A pronúncia retroflesa do rótico em coda silábica, uma variante estigmatizada pelos falantes de outras variedades, identifica a chamada variedade caipira em que se inclui a região de São José do Rio Preto. Para examinar em que medida esse traço característico é também estigmatizado na variedade rio-pretense, avaliou-se, neste trabalho, o grau de prestígio ou de estigmatização dessa variante em comparação a outras duas pronúncias possíveis: o tepe alveolar e a fricativa velar, no contexto seguinte a /a/, /i/ e /u/. O procedimento metodológico incluiu uma gravação de 27 enunciados contendo essas três realizações à qual se aplicou, em seguida, testes de atitudes e de crenças linguísticas a dois grupos de participantes de Ensino Fundamental, um da rede pública e outro da rede particular e um grupo de participantes de Ensino Superior. Os resultados do teste de crenças apontaram que, especificamente em contexto vocálico de /i/, não houve homogeneidade nas respostas dos três grupos. Nos resultados do teste de atitudes, os participantes de ensino superior atribuíram notas mais altas que os participantes do Ensino Fundamental à pronúncia de tepe em todas as escalas avaliadas. No geral, os resultados mostraram que, apesar de a retroflesa constituir um traço identificador da variedade caipira, é à variante tepe que os participantes atribuem maior grau de prestígio.

**Palavras-chave:** Rótico. Teste de atitudes. Teste de crenças. Variante de prestígio. Variante estigmatizada. R-retroflexo.

---

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto – São Paulo – Brasil. 15054-000 – [alineoliveiravassoler@gmail.com](mailto:alineoliveiravassoler@gmail.com)

<sup>2</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto – São Paulo – Brasil. 15054-000 – [camacho@sjrp.unesp.br](mailto:camacho@sjrp.unesp.br) (Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – processo 303176/2015-6).

## **Introdução: justificando a proposta**

A variedade do noroeste paulista, especificamente a da região de São José do Rio Preto, tem como marca prototípica a pronúncia retroflexa do (r)<sup>3</sup> em posição de coda silábica. Essa variante, popularmente conhecida como “r-caipira”, é um dos traços que imprimem à variedade um valor negativo de estigmatização social, especialmente porque, ao mencionar a abrangência do dialeto caipira, Amaral (1955[1920]) inclui até mesmo “as pessoas educadas e bem falantes” sob o escopo de sua influência. É justamente essa característica que, segundo Amaral, criou nos paulistas a fama de corromper o vernáculo “com muitos e feios *vícios* de linguagem” (AMARAL, 1955[1920] p. 41). O próprio Amaral, o primeiro pesquisador a investigar esse traço fonológico, faz uma leitura preconceituosa de seus falantes, ao mencioná-los como “os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados”<sup>4</sup> (AMARAL, 1955[1920], p. 41).

Os termos para a referência aos falantes, acima mencionados, são um claro indício de atribuição de estigma social, especialmente quando a avaliação negativa é parte das crenças de falantes de outras regiões do país. Em razão disso, uma pergunta relevante a fazer é em que medida os próprios falantes da variedade rio-pretense, usuários da alternante retroflexa, também compartilham essa mesma valoração social.

No âmbito da caracterização fonética de /R/, um estudo relevante por sua abrangência é o de Callou, Moraes e Leite (1996). Ao submeterem à análise 4.334 ocorrências da variável (r) em cinco capitais brasileiras, os autores identificam sete realizações fonéticas: vibrante apical múltipla; vibrante uvular; fricativa velar; fricativa laríngea (aspirada); vibrante apical simples; aproximante retroflexa; zero fonético.

A variável (r), especificamente em posição de coda, pode também conter mais de uma variante, conforme o modo de pronunciar da região de origem de cada falante. Enquanto, na capital do estado de São Paulo, espera-se mais a realização de tepe [r], no interior do estado, a aproximante retroflexa [ɻ] é apontada como a realização mais recorrente (LEITE; CALLOU, 2005). No entanto, sabe-se que, nessa posição silábica, ocorrem pelo menos duas outras variantes: a fricativa velar surda [x] ou sonora [ɣ], estereótipos da variedade carioca; e a fricativa glotal surda [h] ou sonora [ɦ], próprias da variedade mineira de Belo Horizonte (CRISTÓFARO SILVA, 2007). Podem-se adicionar ainda o apagamento de /R/ e uma

---

<sup>3</sup> Este trabalho dará preferência pela notação entre parênteses ( ) quando se tratar da variável que abrange as variantes do rótico, conforme amplamente usado por Labov (1972).

<sup>4</sup> O Projeto de História do Português Paulista (PHPP), cujo objetivo principal é investigar a formação da sociedade paulista e suas variedades linguísticas, faz uso do termo “caipira” para designar a sociedade paulista como um todo sem qualquer rotulação pejorativa.

aproximante alveolar [J], que não se vinculam ao uso de nenhuma variedade específica e, em menor escala, a variante múltipla [r], usada na variedade paulistana e em partes do sul do país.

Trabalhos que já se debruçaram sobre a variedade falada em São José do Rio Preto, como os de Guiotti (2002), Leite (2010) e Aronne (2010), fornecem evidências de que a pronúncia preferida do arquifonema /R/ em posição de coda é a retroflexa. Os dados de Guiotti (2002) e de Leite (2010) apontam para o fato de a retroflexa permanecer avaliada como caipira num sentido pejorativo, o que reforça no senso comum o valor estigmatizado que se atribui a essa variante. Além da retroflexa, é possível ouvir, com menor frequência, o tepe, e muito raramente qualquer uma das duas pronúncias fricativas, quando se tratar de falante de outra variedade (GUIOTTI, 2002).

Em razão disso, estabeleceu-se como objetivo para este trabalho proceder a uma análise de atitudes e crenças, para examinar (i) em que medida os falantes da variedade de São José do Rio Preto no papel de avaliadores também atribuem à variante retroflexa um valor de estigmatização, em contraste com outras pronúncias da mesma variável; (ii) em que medida essa avaliação subjetiva está relacionada a fatores linguísticos e extralinguísticos.

Portanto, o que este estudo pretende fazer não é apenas verificar a reação subjetiva à pronúncia retroflexa, mas ir além, já que estimula os participantes a contrastar crenças e atitudes não apenas em relação à pronúncia retroflexa, mas a essa realização fonética em contraste com outras realizações como o tepe e a fricativa. Sabendo de antemão que os falantes da variedade riopretense fazem uso da variante retroflexa, a que norma subjetiva aderem quando estiverem no papel de avaliadores? Mais especificamente, qual é o valor relativo do r-retroflexo e em que dimensão de poder e de solidariedade ele é estigmatizado?

Com base numa gravação com sentenças contendo pronúncias de retroflexa, tepe e fricativa, apresentadas como estímulo, aplicaram-se testes de atitudes e crença, elaborados com base na proposta de Cyranka (2007), a três grupos de ouvintes de diferentes níveis de escolaridade. As respostas fornecidas pelos participantes foram submetidas ao programa STATISTICA-versão-7 (STATSOFT, 2004), mediante o qual se realizou um teste de qui-quadrado para a análise das crenças e o ANOVA (CYRANKA, 2007) para a análise do teste de atitudes.

## **Identificação do fenômeno variável**

Como vimos, foi uma obra publicada na década de 1920 que chamou a atenção dos filólogos e linguistas para a pronúncia dos falantes da variedade “caipira”. Do olhar que Amaral (1955[1920]) dirigiu a essa variedade, resultou a primeira caracterização fonética da variante retroflexa:

[...] r inter e post-vocálico (arara, carta) possui um valor peculiar: é línguo-palatal e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante (AMARAL, 1955[1920], p. 47-48).

O autor afirma ainda que o r-retroflexo se assemelha foneticamente à realização do r inglês pós-vocálico, posição contestada por Head (1978), como veremos adiante.

De um ponto de vista histórico-social, Amaral (1920) afirma que a mudança da mão-de-obra escrava para a massa assalariada na sociedade brasileira culminou com diversas mudanças na vida da população – inclusive na língua – e, especificamente, nas manifestações dialetais. O “sistema distinto e inconfundível” (AMARAL, 1955[1920], p. 41) falado pela maioria da população, predominantemente rural, é justamente o dialeto caipira.

Amaral (1955[1920]) ainda chegou a sustentar a crença de que o dialeto caipira tenderia ao desaparecimento em um prazo não definido e seria substituído por outras formas linguísticas peculiares. Contrariando essas suposições, emergiram – já em outras bases teóricas – os estudos de Rodrigues (1974), Head (1978), Guiotti (2002), Leite (2004) e Castro (2009). Além de confirmarem a manutenção da realização fonética da variante retroflexa, estudos envolvendo análises instrumentais e de oitivas apontaram para outras realizações da variável (r).

Esses estudos discutiram exaustivamente a origem e a extensão geográfica da pronúncia retroflexa, sugerindo, inclusive, revisões da proposta de Amaral (1955[1920]). Com efeito, além do interior de São Paulo, como sugere Amaral (1955[1920]), Cunha (1968) agrega à comunidade de falantes da variante retroflexa o norte do Estado de São Paulo e o sul de Minas Gerais. Silveira Bueno (1958 *apud* HEAD, 1978, p. 22-23) acrescenta Mato Grosso, Goiás e norte do Paraná, enfatizando, ademais, que algumas cidades fundadas por bandeirantes dispõem caracteristicamente de dialetos prototipicamente caipiras, como Itu, Porto Feliz, Tietê, Atibaia, Bragança Paulista, Piracicaba, Tatuí, Limeira, Taubaté.

Com base em inquéritos gravados, Rodrigues (1974) investigou a fala de moradores na zona rural de Piracicaba para constatar que, de fato, a pronúncia retroflexa não havia desaparecido como previra Amaral (1955[1920]). Procurando, inclusive, dar uma identificação fonética mais adequada a essa variante, essa autora a classifica como líquida vibrante retroflexa<sup>5</sup> ocorrendo em quatro contextos linguísticos: (1) final de palavra, como em *diretor*; (2) final de sílaba interna, como em *carta*; (3) posição intervocálica, como em *arara*; e (4) segundo membro de grupo consonantal, como em *prata*.

Segundo Head (1978), a origem dessa variante não está vinculada à influência de outras línguas<sup>6</sup> ou de outro meio geográfico, como muito se alardeava, mas a um processo interno da língua portuguesa, envolvendo variação e mudança entre os fonemas /r/ e /l/. Num dialeto, como o de Itu (ZAPPAROLI, 1970 *apud* HEAD, 1978), e no de São Luiz do Paraitinga (ISTRE, 1971 *apud* HEAD, 1978), o r-retroflexo ocorre em final de sílaba interna e final de palavra, o que caracteriza a coda silábica.

A variedade de Capivari também inclui a variante retroflexa na posição intervocálica, além das duas posições de coda silábica. Em Piracicaba a retroflexa ocorre ainda na segunda posição do grupo consonantal, como em *fritar*, *cravo* etc. Brandão (1991) agrega a essas regiões tipicamente caipiras o Norte do Paraná, o Sul de Minas, Goiás e Mato Grosso.

Ao contrário do que foi previsto por Amaral (1955[1920]), não apenas persistiu a realização fonética da variante retroflexa, mas, sobretudo, estendeu-se amplamente seu escopo, conforme veremos em trabalhos assentados no arcabouço variacionista de Guiotti (2002), Leite (2004) e Aronne (2010).

Guiotti (2002) justifica inclusive seu estudo com base na ideia de que o r-retroflexo se mantém nessa variedade por motivações culturais e econômicas, o que contraria diretamente as especulações de Amaral (1955[1920]). Segundo a autora, desde a década de 1960, o jovem da alta classe vem aderindo ao estilo cultural *country*, motivador da adesão a um tipo específico de música sertaneja e de forma de se vestir. Como a região do noroeste paulista também se tem destacado economicamente como um importante mercado consumidor, produzir o r-retroflexo seria identificar-se como pessoa do interior paulista com sucesso econômico e,

---

<sup>5</sup> A autora também classificou /r/ retroflexo de Piracicaba como *cacuminal*. Segundo o **Dicionário de Linguística**, “consoante cacuminal (e também muitas vezes retroflexa e, mais raramente, cerebral) é uma consoante cuja articulação comporta contacto da parte inferior da língua contra o ápice da abóbada palatina (lat. *cacumen*)” (DUBOIS, 1993, p. 93).

<sup>6</sup> Head (1978) desmistifica a influência da língua indígena e da língua inglesa nas origens do r- retroflexo.

consequentemente, um caso de prestígio local, que identificaria um fenômeno de prestígio encoberto<sup>7</sup>.

Guiotti (2002) investigou as variantes de (r) em três diferentes graus de formalidade com diferentes graus de atenção à forma, que identifica a visão de estilo postulada por Labov (1972): (i) narrativa de experiência pessoal; (ii) leitura de um texto; e (iii) leitura de uma lista de palavras. A primeira identifica um estilo espontâneo, enquanto as duas últimas identificam dois graus progressivamente mais elevados de formalidade. A autora corrobora a hipótese de que se preserva a pronúncia retroflexa nas três situações, inclusive na mais formal. Além disso, uma análise subjetiva dos próprios falantes, obtida a partir de testes de atitudes, permitiu inferir o valor de estigmatização da variante retroflexa. No entanto, aponta o estudo que a variante mais estigmatizada é a ausência de qualquer realização de (r) na coda silábica e não a retroflexa.

Certamente esse valor tem a ver com o modo como a variação é tratada em situação escolar: o letramento formal reforça o valor de prestígio dos segmentos escritos que estão ausentes em situações de fala, como em *fala(r)*, *quise(r)*. Essa situação de valorização do escrito não se dá na mesma proporção com a pronúncia da retroflexa, uma vez que não há qualquer correlato normativo na escrita escolar para representar esse segmento fonético.

Leite (2004), por seu lado, também investiga a pronúncia de estudantes rio-pretenses moradores de Campinas (SP), identificando a manifestação da aproximante retroflexa. Seu trabalho aponta para um processo progressivo de abandono dessa pronúncia, o que pode identificar nela um indicador de valoração negativa:

Nos depoimentos dos informantes, podemos perceber a expectativa de que com o tempo, ou seja, com o passar dos anos em Campinas, a pronúncia que têm do <r> retroflexo irá alterar, de tal forma que encontrarão uma pronúncia “intermediária”, tal qual a dos campineiros, avaliada por esses informantes como pronúncia prestigiosa (LEITE, 2004, p.89).

A tendência pela estigmatização da pronúncia retroflexa, ancorada no depoimento dos informantes de Leite (2004), pode representar a ocorrência de uma mudança a um padrão intermediário por simples contato com a variedade de Campinas e, consequentemente, por um processo de acomodação ao *input* da nova variedade. A mudança no padrão é, portanto, apenas indício indireto do alto estigma da variante retroflexa, que só se infere com base no depoimento desses falantes sobre seu esforço para chegarem a esse padrão intermediário.

---

<sup>7</sup> Se há, por um lado, pressões sociais que promovem a variedade padrão, deve haver também pressões contrárias favorecendo a variedade local e informal. No entanto, se assim for, essas pressões contrárias devem ser tácitas e não conscientes, porque elas não são fáceis de identificar, diferentemente das forças que favorecem o padrão, que são cristalinamente claras (CHAMBERS, 1996, p. 221)

A investigação acústica promovida por Leite (2015) permitiu-lhe constatar por fim que, apesar de representar um estereótipo da fala caipira pelos falantes de outras variedades, a pronúncia da variante retroflexa não deixa de estar viva e presente no falar campineiro, desmentindo a crença, mais ou menos generalizada, de que essa comunidade de fala tem uma pronúncia intermediária entre o falar caipira e o falar paulistano.

Embora os informantes das duas pesquisas sejam falantes da mesma localidade, os resultados apontam para uma discrepância em termos de classificação fonética. Para Guiotti (2002), trata-se da pronúncia retroflexa, enquanto nos dados de fala espontânea e informal de Leite (2004), a variante é classificada como aproximante retroflexa.

O trabalho de Aronne (2010), também apoiado numa perspectiva variacionista, tem uma base mais descritiva sobre as características fonético-fonológicas da variedade falada em São José do Rio Preto. Dentre outros segmentos sonoros, a pesquisadora descreve realizações de /R/, com alta frequência da variante retroflexa na fala dos 12 informantes pesquisados. De conformidade com os resultados de Guiotti (2002), Aronne (2010) também detectou frequências elevadas de apagamento.

Em pesquisa mais recente, voltada para a variedade paulistana, Oushiro e Mendes (2013) identificaram a coexistência das variantes tepe e retroflexa. Os autores forneceram evidências de dois movimentos contrários na capital: uma mudança em favor do r-retroflexo nas regiões periféricas e uma mudança em favor do tepe nas regiões centrais. Mais recentemente, Oushiro (2015) considera que o forte favorecimento do r-retroflexo entre jovens de classe baixa foi ativado por uma reinterpretação de seu significado social como uma variante local e de prestígio. Essa reinterpretação é por ela atribuída à presença maciça de imigrantes do Norte/Nordeste, cuja variante fricativa é relativamente mais estigmatizada na comunidade que a retroflexa.

Por fim, pode-se afirmar que a estigmatização da variante retroflexa foi detectada por Dias (2014) em estudo realizado na variedade caipira falada na região de Jacarezinho, norte do Paraná e por Aguilera e Silva (2015), na variedade falada no Triângulo Mineiro.

Apesar de não deixarem de realizar a pronúncia retroflexa, os falantes de Jacarezinho compartilham um sentimento preconceituoso em relação à própria fala. Num dos depoimentos que coletou de um docente de escola pública, Dias (2014) ressalta que esse professor não admite realizar a pronúncia retroflexa, policiando-se com base na crença de que o uso dessa alternante esteja associado à pobreza, um claro indício de que o preconceito linguístico é na verdade um preconceito social (BAGNO, 2003).

Numa direção contrária à de Dias (2014), Aguilera e Silva (2015) reiteram a preservação do r-retroflexo, em oposição à previsão pessimista de Amaral (1955[1922]), atribuindo-a a uma nova configuração social do caipira, hoje visto como dotado de uma situação financeira consolidada, que faz questão de exhibir em rodeios, consolidando, nesse caso, o mesmo sentimento de identidade previsto por Guiotti (2002). Esse sentimento de identidade é interpretado pelas autoras com o conceito de prestígio encoberto, postulado por Labov (1972, p. 249), que está ligado ao desejo do falante de manter sua identidade no interior de seu grupo social; é, em suma, um valor delegado por determinado grupo de falantes a uma forma linguística supostamente desprestigiada.

### **Avaliação subjetiva: atitudes e crenças sociais**

A norma que rege a variedade prestigiada é um componente constitutivo da estrutura sociolinguística na medida em que configura dois modos distintos, mas complementares de existência: as normas de produção, ou norma objetiva, e as normas de avaliação, ou norma subjetiva (CAMACHO, 2013).

Tomando-se, em primeiro lugar, a noção de norma objetiva, pode-se afirmar que as realizações linguísticas enunciadas no interior de uma comunidade, como as diferentes pronúncias de (r), constituem uma estrutura de duas dimensões, uma social e uma estilística, na medida em que se acham correlacionadas tanto à posição social dos interlocutores quanto às condições de produção dos discursos que enunciam.

Tomando-se, em segundo lugar, a noção de norma subjetiva, pode-se afirmar, nos termos labovianos (LABOV, 1972), que a norma identifica um padrão regulador, implícito ou explícito, que rege o desempenho linguístico objetivo. Essa perspectiva representou uma revisão no tratamento estruturalista de comunidade linguística.

Com efeito, os procedimentos da linguística descritiva se baseavam numa concepção de língua que a enxergava como um sistema estruturado de normas sociais (numa interpretação ecumênica do termo *social*), invariantes e compartilhadas por todos os membros da comunidade linguística. Essa concepção entende que uma comunidade linguística implica um conjunto de pessoas que emprega o mesmo sistema de formas idênticas, pelo menos numa concepção idealizada de linguagem, como aparece implícito numa das definições axiomáticas de Bloomfield (1978[1926], p. 47). Sob essa perspectiva, é inovador o conceito de comunidade que a sociolinguística laboviana postula, como veremos a seguir.



As investigações de Labov (1972) sobre a estrutura sociolinguística do inglês falado na cidade de Nova Iorque permitiram-no avaliar como verdadeiramente surpreendente a natureza uniforme das reações, a norma subjetiva, a despeito da grande diversidade linguística existente na norma objetiva. Os nova-iorquinos, por exemplo, variam enormemente a realização da variável (th) em *thing* ‘coisa’, como fricativa interdental, africada ou oclusiva, mas a maioria deles é capaz de identificar as formas não padrão na fala de outras pessoas, estigmatizando socialmente os que as empregam. Além disso, os que apresentam frequência mais elevada de formas não padrão em sua própria fala mostram-se mais sensíveis do que outros na percepção, na identificação e na estigmatização dessas alternantes na fala dos outros.

Do mesmo modo, as descobertas de Labov (1972) sobre a realização de [ɹ] pós-vocálico seguido ou não de consoante, na fala de Nova Iorque, mostram que há falantes que, na norma objetiva, realizam o apagamento [ɹ] quase categoricamente, mas mostram também que a realização desse segmento tem para eles prestígio social nos procedimentos de avaliação subjetiva. Por isso, Labov (1972) propõe uma revisão ao conceito de comunidade linguística, interpretando-a não como um grupo de pessoas que empregam as mesmas formas, como a definia Bloomfield (1978[1926]), mas como um grupo de pessoas que compartilham as mesmas normas subjetivas em relação ao uso da língua.

O modo como uma norma identifica os membros de uma comunidade é detectável metodologicamente na análise das atitudes ou julgamentos de valor que, inconscientemente, os falantes atribuem aos usos da língua. Esses julgamentos de valor teriam, para Labov (1972), uma natureza mais uniforme do que o emprego direto das formas linguísticas indiretamente avaliadas, de que resulta a heterogeneidade natural da linguagem, observável na norma objetiva.

O procedimento metodológico empregado na análise das normas é a aplicação de testes que medem indiretamente a avaliação subjetiva dos falantes em relação às variantes em análise. Essas avaliações, que identificam normas subjetivas, são detectáveis somente por vias indiretas por se situarem abaixo do nível da percepção consciente. Somente estão no nível da percepção consciente os estereótipos, em geral preconceituosos, como dizer que é próprio do paranaense enunciar a frase “leite quente dá dor de dente” pronunciada com todas vogais anteriores em posição final no espectro médio da articulação (CAMACHO, 2013). Assim, enquanto a língua é constitutivamente heterogênea no uso, as avaliações teriam um caráter relativamente mais uniforme, o que permitiria, portanto, identificar os falantes como membros da mesma comunidade linguística.

Como as reações subjetivas parecem ser mais uniformes em seu conjunto que o desempenho objetivo, Labov (1972) postula que o critério definidor de comunidade de fala é a

existência de um conjunto de normas que seus membros compartilham entre si, a despeito da diversidade no uso, princípio inicialmente formulado por Lambert *et al.* (1960). Está suficientemente claro que o reconhecimento de valores sociais vinculados à expressão verbal, embutido nos testes de reação subjetiva, é critério determinante para a identificação do próprio conceito de norma que Labov (1972) desenvolve. É a norma que determina se uma variante linguística é estigmatizada ou prestigiada pelos membros da comunidade.

É por isso que estabelecemos como principal objetivo deste trabalho a análise das respostas fornecidas por participantes no papel de avaliadores a respeito da realização variável de róticos na posição de coda silábica interna, especialmente a variante retroflexa em confronto com outras pronúncias.

### **Definição dos procedimentos metodológicos**

As primeiras investigações sobre atitudes linguísticas remontam à década de 60, quando Lambert *et al.* (1960) investigaram a avaliação de jovens canadenses falantes de francês e de inglês em relação à sua própria língua. O experimento de Lambert e associados, que passou a ser conhecido como *matched guise*, ou “técnica dos falsos pares”, consiste em duas etapas: a preparação de estímulos e a aplicação de questionários com base nos estímulos. No caso específico desse experimento, Lambert *et al.* (1960) gravaram quatro falantes bilíngues, que leram um mesmo texto em inglês e francês. Duas outras gravações foram incluídas a essas oito como controle. As gravações foram apresentadas posteriormente a estudantes de duas universidades de Montreal, distribuídos entre francófonos e anglófonos. Para cada um dos dez estímulos, os participantes deveriam julgar os falantes em relação a quatorze características pessoais, organizadas em escalas de seis pontos, na suposição de que as vozes ouvidas provinham sempre de diferentes indivíduos.

Esse método indireto passou depois por diversas alterações, especialmente em relação à escala de avaliação. A alteração mais conhecida, nesse domínio, segundo Cyranka (2007, p. 27), denominada “técnica do diferencial semântico”, consiste na construção de uma série de escalas bipolares de sete pontos, com adjetivos de valores opostos colocados nas extremidades do *continuum*. A construção de um conjunto de escalas desse tipo propicia a obtenção de uma classificação múltipla de atitudes em relação a um estímulo. Como as respostas são marcadas por números nos traços da escala, pode-se chegar a um cálculo descritivo-demonstrativo das reações subjetivas dos falantes às amostras de fala e, conseqüentemente, aos dialetos dos sujeitos avaliados (CYRANKA, 2007).

Os testes de atitudes são, portanto, planejados para permitir o surgimento de dimensões em escalas avaliativas, emanadas da subjetividade de ouvintes-avaliadores em relação ao valor social das variedades dialetais e dos indivíduos que as falam. Esses julgamentos propiciam a apreensão de valores e significados relevantes para a identificação de prestígio ou estigmatização social de falantes de determinadas variedades.

Uma situação de pesquisa, que envolva julgamento auditivo de realizações de uma variável, implica, portanto, a existência de uma amostra previamente gravada por falantes nativos da variedade em pauta, seguida de uma situação de avaliação subjetiva em que a gravação, previamente realizada, é depois tocada para a audição e julgamento dos participantes da pesquisa.

A amostra de fala que serviu de base para as avaliações subjetivas neste trabalho foi emitida por um sujeito do gênero feminino, com 26 anos de idade, falante típico da variedade investigada. Como se trata de um único sujeito gravando diferentes variantes do rótico, o método utilizado é uma adaptação que não segue à risca a técnica utilizada por Lambert *et al.* (1960). A gravação foi realizada por meio de uma mesa de som, em um ambiente acusticamente isolado do Laboratório de Fonética da UNESP de São José do Rio Preto.

A amostra lida e gravada foi composta por sentenças estrategicamente construídas que contivessem uma sequência contendo uma vogal seguida da manifestação de uma variante de (r), com base no Instrumento de Avaliação de Fala para Análise Acústica (IAFAC), proposto por Berti, Pagliuso e Lacava (2009). A opção pelas vogais periféricas /i/, /a/ e /u/ foi um procedimento econômico que substituiu a representação de todas as vogais pelos extremos do triângulo vocálico com o propósito de testar se a posterioridade da vogal /u/ aumenta o grau de retroflexão e, portanto, poderia indicar grau maior de estigmatização. O quadro 1 abaixo mostra as sentenças produzidas para o estímulo dos testes de avaliação subjetiva:

**Quadro 1** – *Corpus* organizado pelo contexto vocálico

<b>Contexto vocálico</b>	<b><i>Corpus</i></b>
/a/	A <b>carta</b> foi enviada.
/i/	O <b>circo</b> estava cheio.
/u/	O vestido está <b>curto</b> .

Para cada uma das três sentenças, o sujeito emitiu três realizações diferentes de (r), que representaram o tepe alveolar, a retroflexa alveolar e a fricativo velar, o que totalizou nove estímulos (3 sentenças x 3 pronúncias x 3 repetições). A leitura das sentenças foi realizada de maneira aleatória. A pronúncia da fricativa no experimento, que não é realizada na variedade

rio-pretense, tem apenas o efeito comparativo de representar, no imaginário popular, a forma carioca de falar. O tepe, que é pronunciado em certas situações mais formais, conforme atesta Guiotti (2002), embora com baixa frequência, também representa, no imaginário popular, a variante identificadora da fala paulistana.

Os testes de atitudes e de crenças, por seu lado, contaram com a participação de 60 avaliadores, assim distribuídos: 16 participantes do Ensino Superior, 21 participantes do 9º ano de uma instituição particular e 23 participantes do 8º ano de uma instituição pública. Os participantes do Ensino Superior cursam o primeiro ano do curso de Química de uma instituição privada e estão na faixa de 18 a 22 anos de idade. Os participantes do Ensino Fundamental, tanto da escola particular quanto da pública, estão na faixa de 13 a 15 anos de idade.

Para cada estímulo de (r), definido em relação aos contextos vocálicos, os participantes responderam a um teste de atitudes e a um teste de crenças, aplicados nessa ordem por representaram graus crescentes de conscientização. A apresentação das sentenças foi randômica de acordo com a gravação prévia.

O primeiro teste foi empregado para a avaliação de atitudes, elaborado com base na proposta de Cyranka (2007), mas em vez da técnica do diferencial semântico, usamos a escala de Likert, um tipo de escala de resposta psicométrica, usada habitualmente em questionários para pesquisas de opinião. O diferencial semântico consiste na construção de uma série de escalas bipolares de sete pontos, com adjetivos de valores opostos colocados nas extremidades do *continuum*. Já a escala de Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nessa escala, os participantes especificam seu nível de concordância com uma afirmação (LIKERT, 1932).

O teste de atitudes foi pautado por seis qualificações que remetem a valores de poder e solidariedade. A dimensão de poder foi representada pelas qualificações “inteligente”, “competente” e “rico”, enquanto a dimensão de solidariedade, pelas qualificações “honesto”, “simpático” e “boa pessoa”, conforme consta no quadro 2 abaixo:

**Quadro 2** – Ficha de avaliação do teste de atitudes

Gravação: Nome: Escola Data:							
	1	2	3	4	5	6	7
Inteligente							
Competente							
Rico							
Honesto							
Simpático							
Boa pessoa							

Cada participante, atuando no papel de avaliador, recebeu a ficha referente ao teste de atitudes. O participante deveria preencher uma célula para cada linha, atribuindo uma nota entre 1 e 7, para cada uma das qualificações (inteligente, competente, rico, honesto, simpático, boa pessoa).

Os participantes receberam a instrução de que iriam ouvir nove estímulos contendo diferentes pronúncias e que deveriam escolher uma qualificação e uma nota com base na impressão que o locutor lhes teria causado pelo modo como pronuncia as sentenças. Para cada qualificação, abriu-se um leque de 1 a 7 para a atribuição de uma nota e os participantes ficaram cientes de que quanto mais próxima do adjetivo, maior seria a nota e vice-versa.

Em seguida, aplicou-se o teste de crenças com os mesmos participantes. Assim como no teste de atitudes, cada participante recebeu um questionário com questões fechadas a apenas duas escolhas possíveis, verdadeiro (V) e falso (F). O quadro 3 abaixo mostra como o teste foi concebido:

**Quadro 3** – Ficha de avaliação do teste de crença

	V	F
A pessoa fala bem.		
A profissão desta falante é diretora.		
A profissão desta falante é faxineira.		
Essa pronúncia é adequada.		

O teste de atitudes, que consiste em questões subjetivas, solicita do participante uma avaliação indireta (inclusive com uma escala gradual para as respostas), apelando, portanto, ao inconsciente dos sujeitos (CYRANKA, 2007). Já o teste de crenças, composto por questões diretas, recebe também respostas diretas do tipo “falso/verdadeiro”, que estariam ligadas a um

nível mais consciente de percepção, que remete, portanto, às crenças e aos preconceitos dos participantes de acordo com o imaginário social que compartilham.

O levantamento dos dados foi secundado por um processamento estatístico com base no *software* STATISTICA, versão 7.0 (STATSOFT, 2004), com a aplicação, na análise do teste de crenças, do teste estatístico qui-quadrado para cada realização de (r). Esse teste teve como objetivo analisar a comparação entre os números de respostas de verdadeiro e de falso fornecidos pelos participantes com seus diferentes perfis sociais. A proposta desse teste se assenta nas hipóteses H0 e H1, que preveem o seguinte:

- Hipótese nula (H0): não existe associação entre as proporções relativas do conteúdo das respostas e o grupo de avaliadores (escolares do ensino público, particular e faculdade).

- Hipótese inicial (H1): existe associação entre as proporções relativas do conteúdo das respostas e o grupo de avaliadores (escolares do ensino público, particular e faculdade).

A análise estatística do teste de atitudes foi conduzida pela *Análise de Variância* (ANOVA), que, segundo Cyranka (2007), é uma ferramenta destinada à comparação de vários grupos envolvidos, que, no presente caso, são os três grupos de participantes com diferentes perfis escolares e sociais, tendo como variáveis dependentes os valores de 1 a 7 para cada fator analisado (inteligente, competente, rico, honesto, simpático, boa pessoa). O emprego desse teste tem por objetivo confirmar ou refutar as seguintes hipóteses:

- Hipótese nula (H0): a média de todos os valores é igual;
- Hipótese alternativa (H1): pelo menos uma das médias é diferente.

O fator independente considerado na análise foi tipo de escola: (1) escola de ensino fundamental pública; (2) escola de ensino fundamental privada ou (3) escola de ensino superior privada. A correção de Bonferroni foi utilizada como teste *post-hoc* para ajustar as medidas de significância às múltiplas comparações<sup>8</sup>. Para ambos os testes, o limite do nível de significância foi estabelecido em  $p < 0,05$ .

---

<sup>8</sup> O teste *post-hoc* é utilizado após a análise ANOVA desenvolvida a fim de verificar que médias são estatisticamente diferentes. Como o ANOVA consiste em múltiplas comparações, o ajuste de medidas de probabilidades é necessário, uma vez que aumentam as chances de se observar diferença significativa. A correção de Bonferroni consiste, basicamente, na divisão dos valores de significância observados inicialmente pelo número de comparações realizadas.

### A avaliação subjetiva das variantes do rótico em posição de coda

Como já se descreveu na metodologia, as respostas para as assertivas do teste de crenças se resumiram a duas respostas alternativas (verdadeiro ou falso). Para cada afirmativa, verificou-se a diferença entre a percepção dos diferentes tipos de (r) estudados com a proporção relativa das respostas dos três grupos de participantes (da escola pública, da escola particular e de ensino superior). A tabela 1 mostra os resultados do teste qui-quadrado das quatro assertivas, que correlaciona as respostas dos informantes aos tipos de (r):

**Tabela 1:** Resultado do teste qui-quadrado referente às assertivas associadas a crenças sobre os tipos de (r) (em negrito, os valores de p abaixo de  $p < 0,05$ )

Contexto vocálico	(r)	A pessoa fala bem	A profissão do falante é diretora	A profissão do falante é faxineira	Esta pronúncia é adequada
/a/	fricativa	0,312	0,406	0,214	0,29
/i/	<b>fricativa</b>	0,465	<b>0,030</b>	<b>0,021</b>	0,378
/u/	<b>fricativa</b>	0,387	0,099	<b>0,013</b>	0,631
/a/	tepe	0,092	0,073	0,185	0,12
/i/	<b>tepe</b>	0,303	<b>0,013</b>	0,658	<b>0,036</b>
/u/	tepe	0,141	0,631	0,305	0,550
/a/	retroflexo	0,333	0,5	0,351	0,603
/i/	<b>retroflexo</b>	0,126	<b>0,003</b>	0,065	0,859
/u/	retroflexo	0,121	0,821	0,083	0,658

A tabela 1 aponta para a existência de diferenças significativas nas respostas fornecidas indiferentemente por todos os participantes nas seguintes variantes: (1) a realização da pronúncia fricativa em contexto /i/ e /u/; (2) a do tepe em contexto de /i/; e (3) a retroflexa em contexto de /i/.

Na análise específica da assertiva *A profissão desta falante é diretora* (tabela 2), há respostas estatisticamente diferentes nos seguintes domínios: (a) na realização do (r) fricativo em contexto de /i/, com a seleção de *falso* pelos participantes da escola pública e particular; (b) na realização da variante tepe após /i/, com a seleção de *falso* pelos participantes da escola pública e da particular; (c) na realização da variante retroflexa após a vogal /i/ com a seleção de *falso* pelos participantes da escola pública e da escola particular.

**Tabela 2:** Distribuição de respostas e valor de significância do teste qui-quadrado referentes à assertiva *A profissão desta falante é diretora* (em negrito, os valores de  $p < 0,05$ ). A sigla F significa falso, a sigla V significa verdade e o N refere-se a número

Contexto vocálico	(r)	Escola pública (N=23)		Escola superior (N=16)		Escola particular (N=21)		p
		F	V	F	V	F	V	
/a/	fricativa	17	6	9	7	11	10	0,406
/i/	fricativa	20	3	9	7	11	10	<b>0,03</b>
/u/	fricativa	12	11	13	3	16	5	0,099
/a/	tepe	12	11	3	13	7	14	0,073
/i/	tepe	15	8	8	8	5	16	<b>0,013</b>
/u/	tepe	15	8	8	8	13	8	0,631
/a/	retroflexo	15	8	9	7	10	11	0,5
/i/	retroflexo	17	6	7	9	5	16	<b>0,003</b>
/u/	retroflexo	9	14	5	11	8	13	0,821

Os resultados apontados na tabela 2 revelam que, em relação a essa assertiva, não houve homogeneidade no julgamento das três realizações de (r) na avaliação dos três grupos de participantes, quando é /i/ a vogal que antecede a variável.

Para a afirmação *A profissão desta falante é faxineira* (tabela 3), o teste qui-quadrado mostrou respostas diferentes: (a) na realização do (r) fricativo em contexto de /i/ com respostas para *falso* dos participantes da escola pública e dos participantes de ensino superior; (b) na realização da fricativa em contexto de /u/, com respostas para *falso* dos participantes da escola pública e as dos participantes de escola privada.

**Tabela 3:** Distribuição de respostas e valor de significância do teste qui-quadrado referentes à assertiva *A profissão desta falante é faxineira* (em negrito, os valores de  $p < 0,05$ ). A sigla F significa falso, a sigla V significa verdade e o N refere-se à número

Contexto vocálico	(r)	Escola pública (N=23)		Escola superior (N=16)		Escola particular (N=21)		p
		F	V	F	V	F	V	
/a/	fricativa	13	10	8	8	7	14	0,214
/i/	<b>fricativa</b>	11	12	14	2	11	10	<b>0,021</b>
/u/	<b>fricativa</b>	16	7	7	9	6	15	<b>0,013</b>
/a/	tepe	16	7	15	1	15	6	0,185
/i/	<b>tepe</b>	15	8	13	3	16	5	0,658
/u/	tepe	17	6	11	5	11	10	0,305
/a/	retroflexo	16	7	11	5	10	11	0,351
/i/	<b>retroflexo</b>	14	9	15	1	16	5	0,065
/u/	retroflexo	20	3	15	1	14	7	0,083



Como mostra a tabela 3, os avaliadores dos três grupos sociais não forneceram respostas proporcionalmente semelhantes, entre falso e verdadeiro, no julgamento da sentença contendo a palavra com (r) fricativo em contexto vocálico de /i/ e /u/.

E, por fim, no julgamento da afirmação sobre a adequação da pronúncia (tabela 4), há resultados conflitantes apenas na realização do tepe em contexto de /i/, considerando respostas para *falso* fornecidas pelos participantes da escola pública e da escola particular. Na análise das respostas para essa afirmação, a maioria dos participantes parece dela discordar, salvo na sentença que contém a realização do tepe em contexto de /i/, como se pode observar na tabela 4:

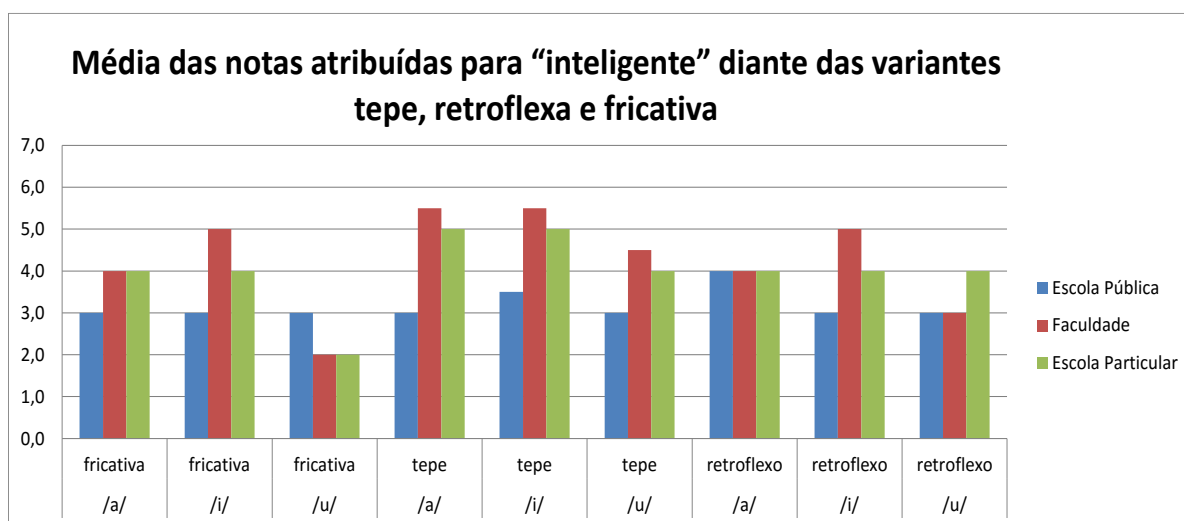
**Tabela 4:** Distribuição de respostas e valor de significância do teste qui-quadrado referentes à assertiva *A pronúncia é adequada* (em negrito, os valores de  $p < 0,05$ ). A sigla F significa falso, a sigla V significa verdade e o N refere-se à número.

		<b>Escola pública</b>		<b>Escola superior</b>		<b>Escola particular</b>		
		<b>(N=23)</b>		<b>(N=16)</b>		<b>(N=21)</b>		
Contexto vocálico	(r)	F	V	F	V	F	V	p
/a/	fricativa	13	10	8	8	7	14	0,29
/i/	<b>fricativa</b>	10	13	9	7	7	14	0,378
/u/	<b>fricativa</b>	8	15	8	8	9	12	0,631
/a/	tepe	8	15	3	13	3	18	0,12
/i/	<b>tepe</b>	7	16	6	10	1	20	<b>0,036</b>
/u/	tepe	8	15	3	13	6	15	0,55
/a/	retroflexo	9	14	5	11	11	10	0,603
/i/	<b>retroflexo</b>	7	16	4	12	7	14	0,859
/u/	retroflexo	7	16	3	13	6	15	0,658

Consequentemente, é possível concluir que a hipótese principal (H0) deve ser refutada, já que existe associação entre as proporções relativas das respostas e os diferentes grupos de participantes. A maioria das respostas das assertivas estudadas manifesta semelhança nos índices tanto para verdadeiro, quanto para falso. Entretanto, conforme se discutiu anteriormente, em contexto de /i/, os participantes produziram respostas divergentes marcadas por grande diferença nos respectivos índices percentuais. Deve-se buscar a explicação mais provável para esse resultado não nas diferenças de perfil social, mas em aspectos fonéticos relacionados ao traço coronal, o que indica influência decisiva do único parâmetro interno investigado.

Com efeito, dados de fala infantil fornecem evidência de que o traço [+coronal] da vogal /i/ pode causar confusão na percepção das variantes de (r). Um estudo realizado por Vogeley (2010), com dados de aquisição de linguagem, à luz da Geometria dos Traços (CLEMENTS; HUME, 1995), mostra que o contexto da vogal alta anterior favorece a produção de coronais. No estudo de Vogeley (2010), a vogal facilita a produção da líquida não lateral, tanto em posição intervocálica, quanto no ataque (*onset*) complexo, graças aos traços [+coronal] e [+anterior]. A autora credita a ocorrência desse fenômeno ao processo de assimilação ou espraiamento de traços de um nó de classe para outro, ou até mesmo de um traço para outro nó. Assim, o traço [+coronal] da vogal [i], além de auxiliar na realização da líquida vibrante, também atua como vogal epentética.

Passemos agora ao exame dos resultados do teste de atitudes. Com base no uso do instrumento ANOVA, estabelecemos uma comparação entre as médias das avaliações realizadas pelos avaliadores de escola pública, de escola particular e de ensino superior. Para cada realização de (r) nos diferentes contextos vocálicos, os participantes escolheram uma nota para cada um das qualificações (*inteligente, honesto, competente, simpático, rico e boa pessoa*), na escala de Likert (de 1 a 7 pontos, respectivamente). A figura 1 apresenta as médias das notas atribuídas ao adjetivo *inteligente*.



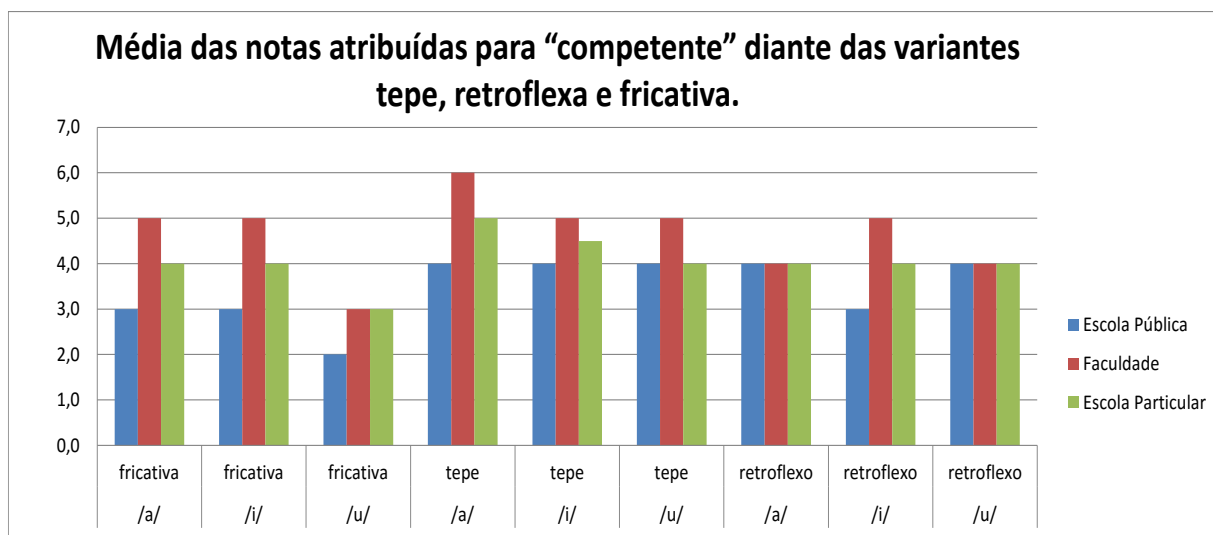
**Figura 1** – Médias das notas atribuídas a *inteligente* pelos participantes de escola pública, particular e de ensino superior

Os valores mais baixos foram atribuídos pelos participantes da escola pública, com exceção da realização da fricativa no contexto de /u/ e do retroflexo no contexto de /a/ e /u/.

Além disso, as notas mais altas são atribuídas pelos participantes de ensino superior, especificamente na realização de tepe depois de /a/ e /i/.

Para a qualificação examinada, de todas as realizações de (r) investigadas, apenas a variante tepe no contexto vocálico de /a/ dispõe de diferença estatisticamente significativa ( $p=0,009$ ). O teste Bonferroni mostra que a diferença se dá na comparação entre as respostas dos participantes de escola pública e dos participantes de ensino superior, bem como na comparação entre participantes da escola pública e de escola particular. As demais realizações de (r) não apresentam médias com diferenças estatisticamente significativas.

A figura 2 ilustra as médias da avaliação dos traços em relação ao adjetivo *competente*.



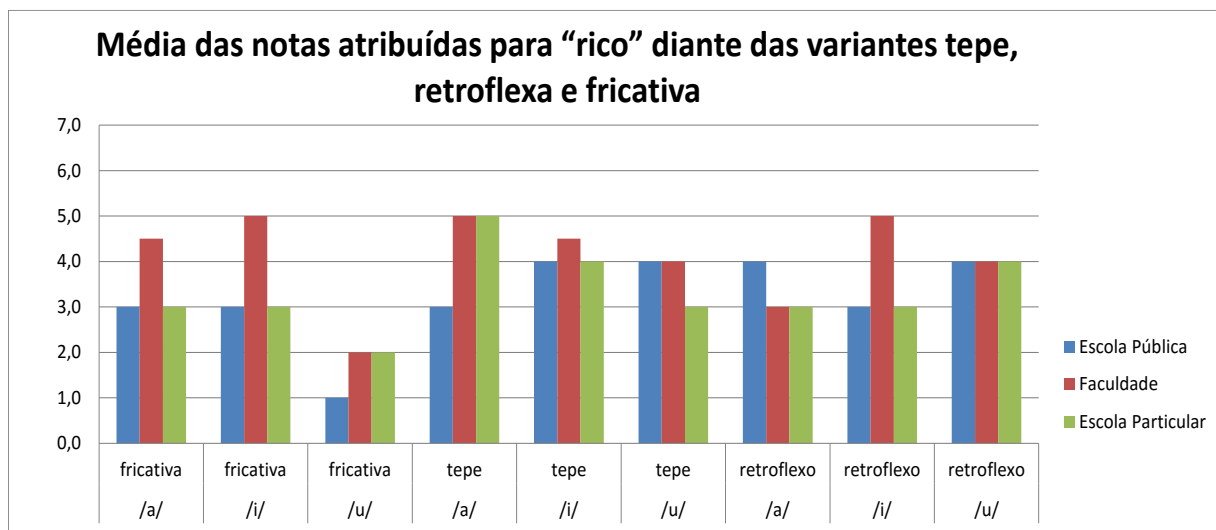
**Figura 2** – Média das notas atribuídas a *competente* pelos participantes da escola pública, particular e de ensino superior

Com relação a essa qualificação, os índices mais baixos foram atribuídos pelos participantes da escola pública e os mais elevados, pelos participantes de ensino superior. Ressalte-se que os três grupos de participantes atribuíram os valores mais baixos para a variante fricativa velar no contexto vocálico de /u/ e os mais altos, para tepe em contexto de /a/.

Das realizações de (r) analisadas, duas apontam para diferenças estatisticamente significativas: o tepe e o retroflexo. A produção do tepe no contexto vocálico de /a/ produziu nos resultados dos avaliadores uma diferença estatisticamente significativa na comparação entre participantes de escola pública e de escola particular, como mostra o valor de p, que foi 0,0001. A variante fricativa no contexto de /i/ também se mostrou significativa, como sugere o índice para p de 0,038, quando se comparam os participantes de escola pública e os de ensino

superior. As demais realizações de (r) não apresentaram diferenças estatisticamente significativas.

A figura 3 ilustra as médias da avaliação dos traços em relação ao adjetivo *rico*.

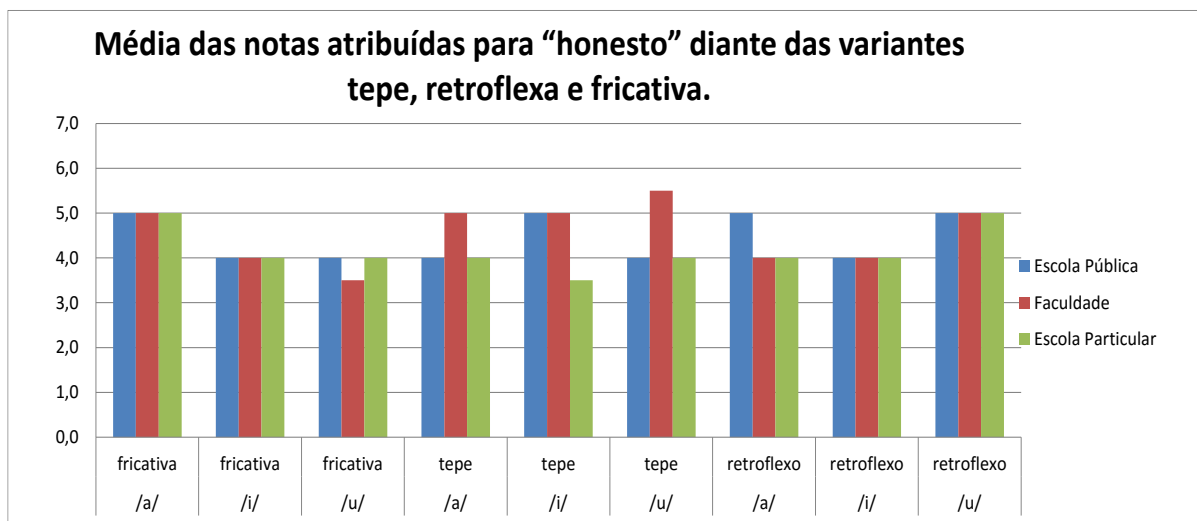


**Figura 3** – Média das notas atribuídas a *rico* pelos participantes da escola pública, particular e de ensino superior

Com relação a essa qualificação, analogamente aos resultados da qualificação anterior, as notas mais baixas foram atribuídas pelos participantes de escola pública e as mais elevadas, pelos participantes de ensino superior. Outro aspecto que merece destaque é o de que os valores mais baixos foram atribuídos à fricativa velar no contexto vocálico de /u/ e os mais altos, ao tepe em contexto de /a/.

Das variantes investigadas, apenas a fricativa no contexto de /a/ dispõe de diferença estatisticamente significativa ( $p=0,016$ ). Segundo aponta o teste Bonferroni, a diferença reside na comparação entre as respostas dos participantes de escola pública e dos participantes de ensino superior. As demais realizações de (r) não apresentaram médias com diferenças estatisticamente significativas.

A figura 4 apresenta as médias das notas atribuídas ao adjetivo *honesto*.



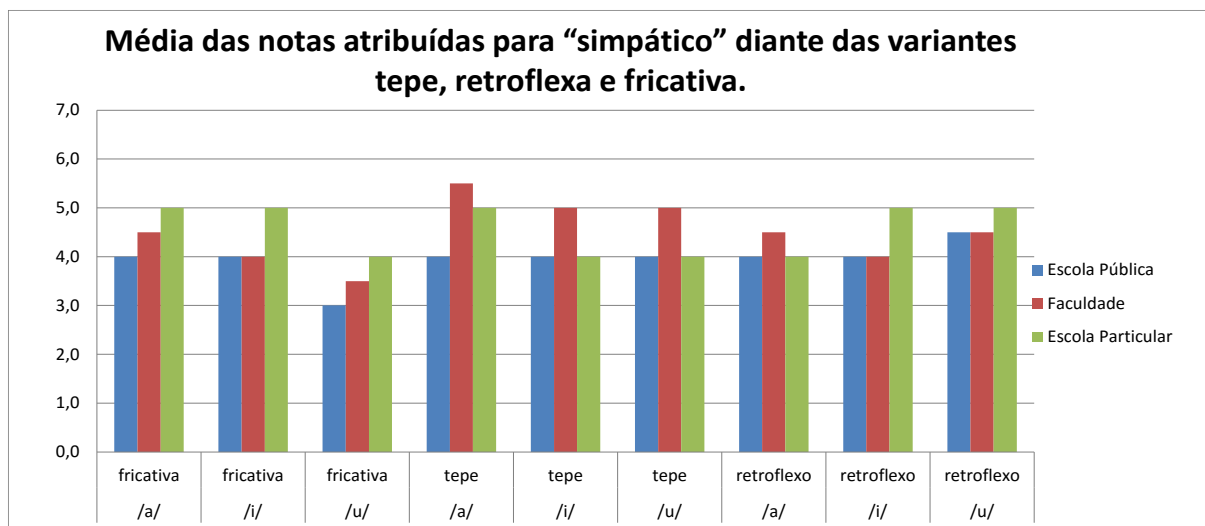
**Figura 4** – Médias das notas atribuídas a *honesto* pelos participantes de escola pública, particular e de ensino superior

Giram em torno de quatro as notas médias atribuídas à percepção do grau de honestidade do falante, na maioria das realizações de (r), independentemente da diferença de perfil social dos participantes. Como evidencia o gráfico, as notas mais elevadas foram atribuídas à variante tepe nos contextos vocálicos de /a/ e de /u/, pelos participantes de ensino superior, ao passo que, no contexto de /i/, os participantes de escola pública e de ensino superior são os que atribuíram os valores mais elevados. Os três grupos também atribuíram notas mais elevadas para o retroflexo em contexto de /u/ e de fricativa em contexto de /i/.

Das realizações de (r) estudadas, apenas a variante retroflexa em contexto de /a/ apresentou diferença estatisticamente significativa<sup>9</sup> ( $p=0,04$ ), especificamente na comparação entre os grupos de escola particular e de ensino superior. As demais realizações de (r) não apresentaram diferenças estatisticamente significativas.

Passemos, agora, ao exame da figura 5, que exhibe as médias das notas atribuídas à qualificação *simpático*.

<sup>9</sup> Para cada grupo de participantes, tem-se o número de participantes diferentes (21 participantes no ensino fundamental e 16 no ensino superior).

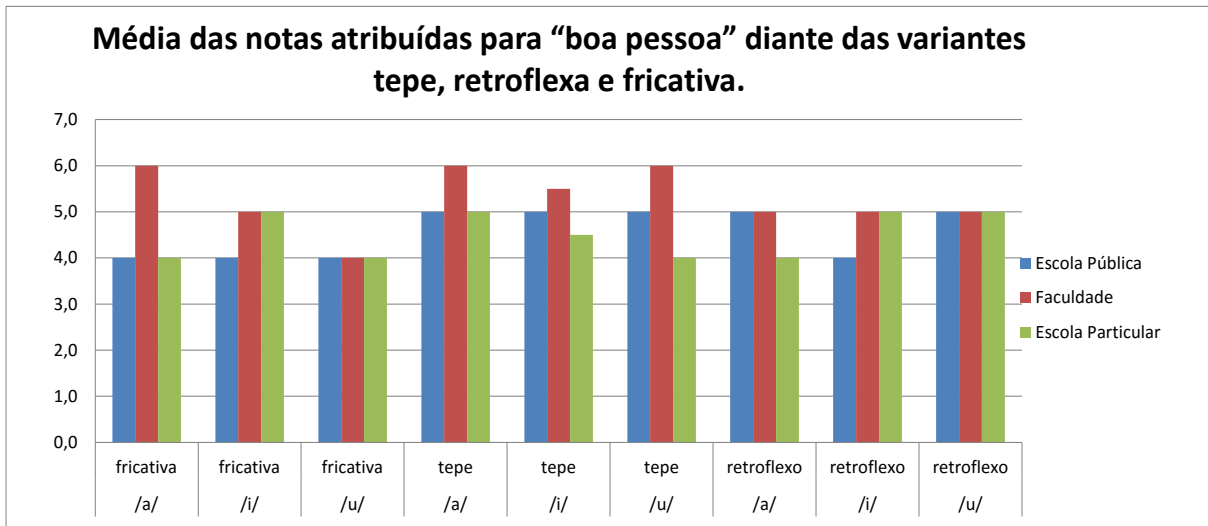


**Figura 5** – Médias das notas atribuídas a *simpático* pelos participantes de escola pública, particular e de ensino superior

Na avaliação do grau de simpatia do falante, giram em torno de quatro as médias da maioria das realizações de (r) atribuídas pelos três grupos sociais em análise. No caso da variante tepe nos contextos vocálicos de /a/, de /i/ e de /u/ e da variante retroflexa em contexto de /a/, os valores mais elevados foram atribuídos pelos participantes de ensino superior. Já no caso da variante fricativa nos contextos vocálicos de /a/, de /i/ e de /u/ e da retroflexa em contextos de /i/ e de /u/, os valores mais elevados foram atribuídos pelos participantes de escola particular.

Das realizações da variável (r) estudadas, o ANOVA indica diferença estatisticamente significativa na produção do tepe no contexto vocálico de /a/. O teste *post hoc* Bonferroni mostra que, na comparação entre escola pública e ensino superior e entre escola pública e escola particular, os resultados mostram diferenças nos valores das respostas, de modo que as médias de cada grupo divergem estatisticamente. As demais realizações de (r) não apresentam diferenças estatísticas significativas.

Passemos, agora, ao exame da figura 6, que exhibe as médias das notas atribuídas à qualificação *boa pessoa*.



**Figura 6** – Médias das notas atribuídas a *boa pessoa* pelos participantes de escola pública, particular e de ensino superior

A média das avaliações das variantes do rótico realizada pelos três grupos está em torno de cinco, e as notas mais elevadas são atribuídas pelos participantes de ensino superior para a fricativa em contexto de /a/ e para o tepe no contexto vocálico de /a/, de /i/ e de /u/. Das realizações de (r) estudadas, apenas o tepe em contexto de /u/ apresenta diferenças estatisticamente significativas na percepção ( $p=0,024$ ), especificamente na comparação entre os participantes de escola particular e os de ensino superior.

De maneira geral, pode-se dizer que os participantes de ensino superior atribuem valores mais elevados a todas as qualificações analisadas (inteligente, competente, rico, honesto, simpático, boa pessoa) e em todas as variantes de (r) analisadas. Essa distribuição significa que os resultados são indiferentes às dimensões de poder e solidariedade. Contudo, os enunciados gravados que contêm tepe recebem notas mais elevadas que os que contêm as demais variantes, o que parece indicar que os diferentes grupos de avaliadores compartilham, paralelamente, diferentes valores sociais em relação às variantes investigadas. Parece, todavia, significativo que os avaliadores com ensino superior se mostrem mais inclinados a uma avaliação positiva do tepe. Mais significativo ainda é o fato de não ser o tepe a principal pronúncia da variedade rio-pretense.

Com relação às diferenças entre os grupos de juízes, os participantes que cursam o Ensino Fundamental da rede pública atribuem notas mais baixas, se comparados aos participantes da rede particular, especificamente nas qualificações *inteligência*, *competência* e *simpatia*. Nessas qualificações, de conformidade com o grupo de ensino superior, os

participantes com o perfil de Ensino Fundamental de escola pública também consideram as variantes fricativas e retroflexas menos prestigiadas.

### **Considerações finais**

Que consequências se podem tirar desses dados? Para responder a essa pergunta, consideremos a aquisição de uma variedade padrão, tal como sugerido por Labov (1974), que identificou seis estágios: a gramática básica, o vernáculo, a percepção social, a variação estilística, o *standard* consistente e, por fim, a totalidade da amplitude.

Considerando as fases desse processo, podemos afirmar que os participantes desta pesquisa com perfil de Ensino Fundamental, portanto, na faixa etária entre 13 a 15 anos, estariam na fase da percepção social. Nesse estágio, em que os adolescentes passam a ter contato com um mundo diferente daquele compartilhado com os pais, instala-se, em sua consciência linguística, a significação social da variedade de seus pares para a qual passam a voltar-se.

Segundo Labov (1974), como os adolescentes começam a apresentar atitudes linguísticas semelhantes às dos adultos, passam também a reconhecer o valor social de formas em variação. A crescente conscientização do valor social associado aos usos linguísticos produz uma transformação em sua fala na direção da variedade de prestígio (CAMACHO, 2013). Esse processo pode aplicar-se, portanto, ao comportamento dos adolescentes que participaram como avaliadores desta pesquisa.

Já os participantes de ensino superior estariam, supostamente, no nível do *standard* consistente; nessa fase, os falantes se conscientizam de que não basta usar formas prestigiadas esporadicamente, mas é preciso também ser capaz de manter o uso da variedade de prestígio consistentemente, conforme requerem as circunstâncias de interação social. É possível, portanto, atribuir a esse grau de conscientização social o apego desse grupo de participantes aos valores de prestígio da variante tepe.

Essa interpretação corrobora as descobertas a que chegaram outros estudos, como o de Guiotti (2002) e Leite (2004) sobre a estigmatização da variante retroflexa até mesmo por falantes dela, usuários da própria variedade rio-pretense. Se houvesse de fato um movimento para a valorização da cultura caipira<sup>10</sup>, esse processo se afiguraria como um caso típico de

---

<sup>10</sup> Durante o 2º Seminário “O Trabalho no Século XXI”, realizado em março de 2014, na Universidade Estadual Paulista, câmpus de São José do Rio Preto, o Centro de Estudos e Culturas do Mundo Rural, liderado pelo professor



prestígio encoberto (CHAMBERS, 1996; LABOV, 1972), mas a norma subjetiva, detectada no exame de testes de atitudes e crenças, elege a variante tepe em detrimento da retroflexa e da fricativa.

Se, por um lado, a norma objetiva, que se detecta no discurso espontâneo, indicia que os avaliadores são portadores da variante retroflexa, por outro, esse traço aparentemente identificador não os impede de atribuir, na norma subjetiva, um valor claro de prestígio ao tepe, considerado estereótipo do falar paulistano e não do falar rio-pretense.

O único grupo de fatores linguísticos controlados nesta pesquisa, a natureza da vogal precedente ao fenômeno em análise, mostrou-se de fato não ser decisivo para as respostas dos participantes-avaliadores no teste de crenças, rejeitando, inclusive, a hipótese de possível aumento de grau de estigmatização para a retroflexa diante de /u/ como se supunha. Entretanto, em contexto de /i/, os participantes produziram respostas divergentes marcadas por grande diferença nos respectivos índices percentuais. Como vimos, é possível atribuir essa divergência a uma razão interna, não social, que é a presença do traço [+coronal] da vogal /i/, cuja ocorrência Vogeley (2010) atribui ao processo de assimilação ou espraçamento de traços.

Os participantes de ensino superior são os que se comportam mais positivamente com relação ao tepe e mais negativamente em relação ao retroflexo, no que são seguidos pelos participantes de Ensino Fundamental de escola privada. Já os participantes com o perfil de Ensino Fundamental da rede pública são os que atribuem um valor mais neutro de estigmatização às pronúncias não tepe da variável aqui investigada.

Outra implicação dos dados analisados neste artigo se volta para o possível desaparecimento do r-retroflexo, previsto por Amaral (1955[1920]). Contrariamente a essa previsão, a variante retroflexa não está em processo de desaparecimento, como, inclusive, atestam os estudos de Guiotti (2002), Leite (2010) e Aronne (2010), para a variedade falada em São José do Rio Preto e Campinas, e o estudo de Aguilera e Silva (2015), para a variedade falada no Triângulo Mineiro. Todavia, ainda que, mesmo nessas variedades, persistam o estigma do retroflexo e o estereótipo do caipira, concordamos com Aguilera e Silva (2015) que o sentimento de identidade dialetal não permite que o estigma interfira na produtividade dessa variante.

Os testes de atitudes, aplicados por Cyranka (2007) a alunos da rede pública de Juiz de Fora, manifestam, na dimensão da solidariedade, uma forte identificação com sua própria variedade, ainda que estigmatizada; em contraposição, tendem a identificar a variedade de

---

Dr. Fábio Fernandes Villela, lançou o movimento de valorização da cultura do “Brasil Caipira”, o qual intitulou “Orgulho Caipira”.

prestígio com a dimensão do poder. Essa divergência mostra o reconhecimento da distinção entre as duas variedades, imprescindível para a projeção de mobilidade social ascendente dos falantes da variedade estigmatizada mediante o domínio progressivo da variedade de prestígio.

É numa direção contrária que se dirigem os vetores da análise dos testes sobre as atitudes em relação a variantes do rótico, aplicados a participantes da variedade rio-pretense. Com efeito, os participantes desta pesquisa não manifestam divergência entre as dimensões do poder e da solidariedade, como os de Cyranka (2007), reiterando, portanto, a tendência de que a avaliação subjetiva não ative indício algum de identificação social com a pronúncia da variedade local. Pelo contrário, os falantes da variedade investigada atribuem estigma social ao próprio discurso, certamente em adesão aos valores compartilhados pelos falantes de outras variedades, que tratam a pronúncia retroflexa como um verdadeiro estereótipo da fala caipira, termo tomado em um tom jocoso e pejorativo, que indicia preconceito social. É justamente a estereotipia que representa, para Labov (1972), o mais alto grau de consciência dos valores de estigmatização.

VASSOLER, Aline; CAMACHO, Roberto Gomes. Linguistic attitudes and beliefs: a retroflex variant in “rio-pretense” variety. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 163-191, 2016.

**Abstract:** *The retroflex pronunciation of the rhotic on syllable coda, a variant stigmatized by speakers of other Brazilian varieties, identifies the so-called caipira variety in which the speech of São José do Rio Preto is included. To examine whether this characteristic feature is also stigmatized in the rio-pretense variety, this paper aimed at evaluating the degree of prestige or stigmatization of this variant in comparison with two other possible pronunciations: the alveolar tap and the velar fricative, in the following vocalic context /a/, /i/ and /u/. The methodological procedure included a recording of 27 utterances containing those three phonetic pronunciations. The utterances recorded was then played to an audience to be submitted to tests of attitude and belief; the audience is formed by two elementary school groups of informants, one from the public school system and other from the private school system and a group of informants from Higher Education. The results from the test of beliefs showed that there was no consistency in the responses of the three groups especially in the context of /i/. In results obtained from the test of attitudes, the informants of higher-level education attributed higher scores than did the informants of elementary school to the pronunciation of tap in every scale evaluated. Overall, the results showed that, despite the retroflex variant being an identifying feature of the caipira variety, it is to the tap variant that informants attributed greater degree of prestige.*

**Keywords:** *rhotic; attitude test; test of beliefs; prestige variant; stigmatized variant; retroflex variant.*

## Referências

- AGUILERA, V. A.; SILVA, H. C. Uma nova configuração do caipira: ecos do /R/ retroflexo. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n.1, p. 171-194, 2015.
- AMARAL. A. **O Dialeto Caipira**: gramática, vocabulário. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1955[1920].
- ARONNE, A. **Estudos das características fonético-fonológicas da variedade falada em São José do Rio Preto**. 2010. 298 f. Dissertação. (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BAGNO, M. Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. **Veredas - revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-83, 2003.
- BERTI, L. C.; PAGLIUSO, A.; LACAVA, F. G. Instrumento de avaliação de fala para análise acústica (IAFAC) baseado em critérios linguísticos. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 14, p. 305-314, 2009.
- BLOOMFIELD, L. Um conjunto de postulados para a ciência da linguagem. Tradução de L. Cavallari. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. v. 1: Concepções gerais da teoria linguística. São Paulo: Global, 1978[1926]. p. 45-60.
- BRANDÃO, S. F. **A Geografia Linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- CALLOU, D.; MORAES, J. A.; LEITE, Y. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do Português Falado**. v. VI: Desenvolvimentos. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1996.
- CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.
- CASTRO. V. S. O 'r-caipira' no Estado de São Paulo: estudo com base em dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALIB). Artigo inédito. **Comunicação apresentada na 57ª reunião do Grupo de Estudos linguísticos do Estado de São Paulo – GEL – 2009**.
- CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory**. Oxford, UK/Cambridge/USA: Blackwell, 1996.
- CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. (Org.). **The handbook of phonological theory**. London: Basil Blackwell, 1995.
- CRISTÓFARO SILVA, T. **Fonética e Fonologia do Português**. Roteiro de Estudos e Guia de Exercícios. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- CYRANKA, L. F. M. **Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora - MG**. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DIAS, L. A. X. Crenças e atitudes linguísticas no uso dos róticos de professores e professorandos de Jacarezinho – PR. **Entrepalavras**, Fortaleza, ano 4, v.4, n.2, p. 90-104, jul./dez. 2014.

DUBOIS, J. **Dicionário de linguística**. Direção e coordenação geral da tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1993.

GUIOTTI, L. P. **O Estudo da Variante Retroflexa na Comunidade de São José do Rio Preto**. 2002. 106 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2002.

HEAD, B. Subsídios do Atlas Prévio dos Falares Baianos para o estudo de uma variante dialetal controvertida. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 1, p. 21-34, 1978.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 1972.

\_\_\_\_\_. Estágios na aquisição do inglês standard. Tradução de Luiza Leite Bruno Lobo. In: FONSECA, M.; STELLA, V.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p. 49-85.

LAMBERT, W. E. *et alii*. Evaluation reactions to spoken languages. **Journal of Abnormal and social psychology**, v. 60, 1960, p. 44-51.

LEITE, C. M. B. O. **Atitudes Linguísticas: A Variante Retroflexa em Foco**. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. O <r> em posição de coda silábica na capital do interior paulista: uma abordagem sociolinguística. **Sínteses**, Campinas, v. 15, p. 110-128, 2010.

\_\_\_\_\_. Estudo da variação linguística dos róticos no falar campineiro. **Alfa**, São Paulo, v. 59, n.1, p.129-155, 2015.

LEITE, Y.; CALLOU, D. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, n. 140, p. 44-53, 1932.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. 2. ed. compl. refund. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953[1923].

OUSHIRO, L.; MENDES, R. B. A pronúncia de /r/ em coda silábica no português paulistano. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 66-95, 2013.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade. Avaliação, percepção e produção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. 372 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RODRIGUES, A. N. **O dialeto caipira na região de Piracicaba**. São Paulo: Ática, 1974.

STATSOFT, **Statistica for Windows** (Data Analysis Software System), version 7 Statsoft, Oklahoma, 2004.

VOGELEY, A. C. E. Geometria dos traços e a terapia de desvios fonológicos: as vogais como recurso de gatilho. **Anais do IX Encontro do CELSUL**. Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC, out. 2010.

Submetido em 11/04/2016

Aceito em 11/05/2016.